

# Finanças & Controle

**UNACON**  
Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS  
AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS  
DE FINANÇAS E CONTROLE

Circulação  
Nacional  
2022  
Edição XXIX  
1º semestre/2022

Campanha Salarial

## CARREIRA DE FINANÇAS E CONTROLE FAZ A MAIOR MOBILIZAÇÃO DOS ÚLTIMOS ANOS

### CGU EM FOCO

Após pressão do Sindicato e empenho do órgão, novos servidores da carreira tomam posse

### ELEIÇÕES 2022

Conheça os candidatos da carreira de Finanças e Controle

### AÇÃO DOS 28,86%

Depois de quase três décadas de litígio, beneficiários recebem valores atrasados

## Diretoria Executiva Nacional

**Bráulio Cerqueira**  
Presidente

**Daniel Lara**  
Vice-Presidente

**Rudinei Marques**  
Secretário Executivo

**Arivaldo Sampaio**  
Diretor de Finanças

**Frederico Carlos Janz**  
Diretor de Assuntos Jurídicos

**Elaine Niehues Faustino**  
Diretora de Filiados

**Roberto Kodama**  
Diretor de Comunicação Social

## Conselho Fiscal Nacional

Antonio José da Silva, José Dário Martins, Rossana Valéria Gonçalves. (Suplentes: Fani Leite da Silva, Laura Márcia de Souza Lima Safi)

## Conselho de Ética Nacional

Adriano de Queiroz Almeida, Gilberto Pereira Lopes, Rogério Honorato Torres (Suplente: Cristovalto Alves Rocha)

## Delegados Sindicais do DF

**Controle Interno:** Corinto Silveira Santos, Cristiano Sampaio Brigido, José Marcos dos Santos, Roberta Guerra Holder Belfort Campos, Valério Victorino André Coelho, Zeles de Oliveira Flor,

**Finanças Públicas:** Jeová Quintino Filho, Josélia de Fátima Silva Santos, Júlio Domingues Zenckner Possas, Luciana de Almeida Toldo, Luiz Alberto Marques Vieira Filho e Manoel Messias de Jesus (Suplente: Rossini Albernaz Neto).

## Delegados Sindicais nos Estados

Edilson Rodrigues Vidal - AC, Marcos Antônio Ferreira Calixto - AL, Rafael de Oliveira Novo - AM, Adelson Vilhena Neves - AP, Filipe Leão Marques - BA, Antônio Edilberto Araújo Barreto - CE, Wander Francisco Coelho de Freitas - ES, Jaci Fernandes Sobrinho - GO, Armando Gonçalves Mendes De Carvalho - MA, João Colaço dos Santos - MG, Gilberto Ricardi - MS, Rodrigo Bender Moreira - PA, Maria Esmeralda Rodrigues - PB, Abelardo Jorge Lessa Lopes - PE, Ducilene Vieira dos Santos - PI, Adalton Salvador - PR, Alcides Sales Coelho - RJ, Ana Maria Balthar Pinto Machado - RJ, Khalil Chaves Cruz - RN, Valério Jordão Barbosa - RO, Celso Duarte de Sousa Junior - RR, Carlos Renato Correa Leite - RS, Mario Célio da Silva - SC, Luis Joacy Barreto De Matos - SE, Roberto Quintela Fortes - SP e Francisco Hamilton Soares de Carvalho - TO.

## Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical

Jornalista responsável: Nayara Young (9.397/DF)

Textos: Nayara Young (9.397/DF) e

Juliana Martins (11.120/DF)

Arte e Diagramação: Marcelo Rubartelly

Fotos: Nayara Young e Juliana Martins

Tiragem: 2,6 mil exemplares

O primeiro semestre de 2022 testemunhou a maior mobilização da carreira de Finanças e Controle dos últimos anos. O motivo: a sinalização pelo governo de reposição salarial circunscrita à área de segurança pública.

O Ministro da Economia, advertido na Comissão de Ética Pública da Presidência da República pela sucessão de injúrias ao funcionalismo, justificou o anúncio de dezembro passado alegando, mais uma vez, falta de recursos; uma escusa improcedente, como atestam os R\$ 600 bilhões de despesas extras em 2020, ou as receitas em recuperação, ou a enxurrada de dinheiro no orçamento secreto da Câmara, ou ainda os R\$ 4,1 bilhões em novas transferências à população criadas às vésperas das eleições atuais. O fato é que desde a redemocratização do país, pela primeira vez um governo encerrará o mandato mantendo congelados os salários nominais dos servidores civis, contra inflação acumulada superior a 30%.

O que dissemos com a mobilização é que não aceitamos discriminação e que a política de compressão permanente dos salários civis não se sustenta. Nossa presença nos meios de comunicação, as assembleias com mais de 700 servidores, as cartas de desagravo, os movimentos de entrega de cargos na STN e na CGU, os atos presenciais de protesto, as paralisações e a greve no final de maio e início de junho, todo esse esforço impediu a ampliação do desalinhamento remuneratório, aproximou ainda mais servidores e Sindicato e fortaleceu a luta que segue pela dignidade e valorização do serviço público.

Luta permanente com resultados, como a maior execução de precatórios da história do UNACON Sindical, em que pese a aprovação da PEC 23/2021 (Emendas Constitucionais 113 e 114) que restringiu os pagamentos anuais de dívidas judiciais. Graças ao trabalho do Sindicato, juntamente com outras entidades e com a OAB, conseguimos garantir espaço, em 2022, para o pagamento recorde de precatórios alimentares, como os da ação dos 28,86%, objeto de mais de duas décadas de litígio jurídico com desfecho favorável aos nossos filiados.

Com muita alegria, também damos as boas-vindas aos novos servidores da CGU, empossados em julho. A perseverança do UNACON Sindical, somada ao empenho do órgão, propiciou, depois de mais de 9, ou de 13 anos, a depender do cargo, a renovação parcial dos quadros de Auditor e de Técnico Federal de Finanças e Controle da CGU. É o presente pavimentando o futuro da instituição, da carreira e do Sindicato.

Nesta edição, ainda destacamos a Carta de Princípios do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE), subscrita pelo UNACON Sindical, um convite aos candidatos às eleições deste ano, em todos os níveis, à assunção de compromissos com a retomada do desenvolvimento sustentável e inclusivo, e com o fortalecimento e a valorização do serviço público. Também apresentamos, com entrevistas, os colegas da carreira de Finanças e Controle pré-candidatos nestas eleições.

Boa leitura!

**Bráulio Cerqueira**

Presidente do Unacon Sindical





## Após pressão do Sindicato e empenho do órgão, novos servidores da carreira tomam posse

Diretoria Executiva Nacional recebeu os Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle em evento realizado no dia 8 de julho

Com muita luta da carreira e empenho do órgão, depois de nove anos, 375 novos Auditores (AFFC) e Técnicos (TFFC) Federais de Finanças e Controle tomaram posse no dia 4 de julho.

Publicada quatro dias antes, a Portaria 1.293 nomeou 300 AFFC's e 75 TFFC's que, agora, atuam nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins e no Distrito Federal.

Em Brasília, a Diretoria Executiva Nacional recebeu os novos integrantes da carreira em uma conversa, encerrada com um coquetel, no dia 8 de julho.

O vice-presidente do Unacon Sindical, Daniel Lara, recordou o histórico de atuação do Sindicato em busca da aprovação do concurso. "Essa tem sido uma pauta prioritária da nossa gestão e, hoje, ver vocês aqui nesse auditório é o resultado desse esforço. Vocês ingressam, agora, em uma das mais importantes carreiras do Executivo Federal, com atribuições de ambos os cargos bem definidas em lei, com um Sindicato forte e atuante, que tornou-se referência na defesa do serviço público. Encontrarão na CGU colegas apaixonados pelo trabalho que fazem e, tenho certeza, também irão se

apaixonar", disse, ao convidar os presentes a trabalharem "junto à entidade para fortalecer, ainda mais, a carreira de Finanças e Controle".

Sobre a atuação do Sindicato, o presidente Bráulio Cerqueira falou de momentos decisivos para a carreira e, também, para a Controladoria-Geral da União, como o movimento "Fica CGU", que foi responsável pela exoneração de um ministro sob suspeição e pelo resgate da nomenclatura do órgão, em 2016. "A consolidação do órgão como ministério é indissociável da atuação do Sindicato e de todos nós, que lutamos permanentemente pela valorização da carreira", finalizou.

Para concluir as intervenções, a diretora de Filiados, Elaine Faustino, falou sobre a importância de ser filiado ao Sindicato.

"Os servidores precisam de voz para defender seus direitos e apresentar seus pleitos perante os Poderes, e a voz do servidor é o Sindicato, porque aqui nós temos força. Deixamos de ser um indivíduo para ser um coletivo."

O evento contou, também, com a presença do secretário executivo do Sindicato, Rudinei Marques, e do diretor de Comunicação, Roberto Kodama. ●

"Essa tem sido uma pauta prioritária da nossa gestão e, hoje, ver vocês aqui nesse auditório é o resultado desse esforço."

Daniel Lara - vice-presidente do Unacon Sindical

### Apoio que fez diferença

O Unacon Sindical contribuiu bastante para minha aprovação, não apenas pelo incentivo financeiro, pois os Técnicos sindicalizados que fazem curso para o concurso de Auditor da CGU fazem jus a essa ajuda, mas também pelas mensagens de ânimo, tão necessárias aos concurrendos. Agradeço a Deus e a todos amigos que torceram por mim. Faço votos que nossa carreira, no âmbito da CGU, seja cada vez mais reconhecida pela sociedade como farol de ética e integridade, e que os cargos de Técnico e Auditor, ambos imprescindíveis para o cumprimento da nossa honrosa missão institucional, sejam valorizados.

Celso Duarte de Sousa Jr., ex-TFFC, recém-empossado no cargo de Auditor Federal de Finanças e Controle



## Carreira de Finanças e Controle faz a maior mobilização dos últimos anos

Esforço pela reestruturação da carreira e pela recomposição salarial continua

**D**e dezembro de 2021 a junho de 2022, os servidores da carreira de Finanças e Controle protagonizaram a mais desafiadora campanha salarial das duas últimas décadas. De início, o prognóstico era de ampliação das assimetrias remuneratórias com carreiras de Estado do Executivo Federal, diante do anúncio de recomposição exclusiva para a área da segurança pública. Com muita luta, impediu-se a concessão de reajustes discriminatórios.

A campanha foi marcada pela ausência de negociação e intransigência por parte do governo, que se limitou a comunicar as decisões aos servidores por meio da imprensa. "Em seis meses de campanha, não foi instalada uma

mesa negocial no âmbito do Ministério da Economia. Essa postura, inédita, de fechar as portas para o diálogo com o funcionalismo, escancarou a ausência de uma política remuneratória. Bolsonaro será o único presidente da República em 20 anos a não recompor de forma linear o salário dos servidores", pontuou o secretário executivo do Unacon Sindical, Rudinei Marques.

Por meio da imprensa, inclusive, o governo confirmou, em 6 de junho, que não concederia reajuste, em nenhum percentual, aos servidores civis. A declaração, dada no fim do prazo legal para concessão de recomposição em ano eleitoral, motivou o encerramento da greve dos servidores da carreira de Finanças e Controle, iniciada em 23 de maio na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no dia 30 do mesmo mês na Controladoria-Geral da União (CGU). "O calendário eleitoral, por uma imposição legal, travou a recomposição das perdas para os 1,2 milhão de servidores civis federais, por isso suspendemos a greve. Mas a pauta e a mobilização da

### Na Mídia



### O GLOBO

A mobilização da carreira de Finanças e Controle ganhou ampla repercussão na imprensa. No total, mais de 500 reportagens citaram a greve, as assembleias e as declarações dos dirigentes do Unacon Sindical. Veja na linha do tempo abaixo como foram noticiados os principais fatos.

#### 24 DE DEZEMBRO

##### FOLHA DE S. PAULO

"O arrocho não se trata de escolha técnica, mas arbitrária e injustificável", afirma o presidente do Sindicato, à reportagem

#### 29 DE DEZEMBRO - ESTADÃO

Servidores públicos aprovam paralisações em janeiro e discutem greve

#### 5 DE JANEIRO - CNN BRASIL

Em entrevista, Rudinei Marques fala sobre mobilização e paralisações: "governo não deixa alternativas"

#### 17 DE JANEIRO - ESTADÃO

Sindicatos de servidores reivindicam reajuste de 28%

#### 18 DE JANEIRO - PODER 360

Servidores públicos protestam no Ministério da Economia

#### 18 DE JANEIRO

##### CORREIO BRAZILIENSE

Protesto de servidores pressiona Guedes; sindicatos pedem reajuste de 28%

#### 7 DE FEVEREIRO - HORA DO POVO

Em defesa de reajuste, servidores do Tesouro preparam 'entrega generalizada de cargos'

#### 16 DE FEVEREIRO - PODER 360

Em carta a Guedes, servidores do Tesouro manifestam "Insatisfação generalizada"

#### 9 DE MARÇO

##### CORREIO BRAZILIENSE

Por reajuste salarial, servidores da STN e da CGU realizam protesto

## 25 DE MARÇO - INFOMONEY

Servidores do Tesouro Nacional param atividades nesta sexta por reajuste salarial

## 31 DE MARÇO - PODER 360

Bráulio Cerqueira alerta que servidores da CGU e do Tesouro não aceitam que o governo privilegie uma carreira específica

## 31 DE MARÇO - INFOMONEY

Servidores da CGU aprovam paralisação e início de operação-padrão

## 2 DE ABRIL - O GLOBO

Servidores ampliam pressão por reajustes e reestruturação de carreira e iniciam operação padrão na CGU e na STN

## 5 DE ABRIL - PODER 360

Funcionários do Tesouro farão nova paralisação por reajuste

## 4 DE MAIO

### CORREIO BRAZILIENSE

Dia Nacional de Mobilização reúne servidores de todo o país em frente à CGU

## 13 DE MAIO - FOLHA DE S. PAULO

Servidores entregam 70% dos cargos comissionados no Tesouro e avaliam greve

## 13 DE MAIO

### CORREIO BRAZILIENSE

"Uma política salarial discriminatória é inaceitável", afirma Bráulio Cerqueira

## 18 DE MAIO - EXTRA

Servidores do Tesouro Nacional aprovam greve

## 23 DE MAIO - CNN BRASIL

Servidores do Tesouro Nacional entram em greve

## 30 DE MAIO - PODER 360

Funcionários da CGU entram em greve

## 31 DE MAIO - ISTOÉ DINHEIRO

Superintendentes da CGU entregam cargos em protesto por reajuste

## 7 DE JUNHO - INFOMONEY

Com o fim do prazo legal, servidores do Tesouro e da CGU encerram a greve

carreira de Finanças e Controle permanecem", considerou o presidente do Sindicato, Bráulio Cerqueira.

## MOBILIZAÇÃO HISTÓRICA

Se, por um lado, faltou diálogo, de outro, a "campanha foi uma demonstração de força e união da carreira", conforme avaliou o diretor de Finanças do Unacon Sindical, Arivaldo Sampaio, ao lembrar da ampla adesão dos servidores às assembleias deliberativas virtuais.

Para coordenar as atividades e definir as estratégias, foi criada a Comissão Nacional de Mobilização, integrada por representantes das duas Casas, dos órgãos de compõem o Sindicato e das regiões do país. Pela STN, participaram a delegada sindical Luciana Toldo e os servidores Rafael Perez e Rodrigo Neves. A CGU foi representada, em Brasília, pelo delegado sindical José Marcos dos Santos e, nas regionais, por Jaci Fernandes Sobrinho (GO), Gilberto Ricardi (MS), Armando Gonçalves (MA), Carlos Leite (RS), João Colaço (MG) e Reonauto Souza Júnior (SE). O Conselho de Delegados Sindicais foi representado pelo presidente, Filipe Leão, e a Diretoria Executiva Nacional, por Bráulio Cerqueira e Rudinei Marques.

A realização das AGEs por meio de plataforma online permitiu a reunião de servidores de todas as unidades da federação, ativos e aposentados, e, em algumas ocasiões, das duas Casas, CGU e STN. A cada assembleia o número de participantes batia novos recordes, dando consistência à mobilização que buscava criar canais de interlocução junto à cúpula dos órgãos supervisores e ao Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que utilizava a grande imprensa para questionar a postura do governo e divulgar a reivindicação pela recomposição das perdas acumuladas.

Fora do ambiente virtual, foram promovidos dois grandes atos públicos, um em frente ao Anexo do Ministério da Economia, onde funciona o Tesouro Nacional, e outro na sede da CGU, em Brasília. A primeira atividade reuniu mais de 300 pessoas no dia 9 de março, ocasião em que o presidente do Unacon Sindical ratificou o posicionamento da carreira. "Não aceitaremos a discriminação salarial na recomposição prevista pelo governo para este ano", afirmou. O segundo ato público contou com caravanas dos estados, que se deslocaram até

a capital federal para reforçar o pleito. "Nós já nos levantamos para defender a CGU, agora precisamos mostrar a nossa força nessa luta pela valorização da nossa carreira", conclamou o presidente do Conselho de Delegados Sindicais e representante da Bahia, Filipe Leão, na oportunidade.

Em outras frentes, os dirigentes sindicais integraram mobilizações unificadas, organizadas pelo conjunto de servidores federais, e levaram a questão ao Legislativo. Do Ministério da Economia, em ato realizado em 17 de março, à Câmara dos Deputados, durante atividade no dia 31 de maio, ecoou a insatisfação dos servidores com a ausência de uma política remuneratória. "Ao não valorizar, ao não fazer concurso público, ao não dar reposição, o governo dá seguimento à entrega do Estado à iniciativa privada", afirmou o deputado Bohn Gass (PT-RS), aos servidores que lotaram o auditório Nereu Ramos, no dia 31 de maio. Na mesma linha, Luiza Erundina (PSOL-SP) destacou: "O povo depende do servidor público para ter garantidos os seus direitos. Portanto, lutar pelos direitos do servidor público, em última instância, é lutar pelos direitos do povo."

Entre assembleias e protestos, o Sindicato organizou, também, o movimento de entrega de cargos. Mais de 70% dos comissionados na STN e 24 dos 26 superintendentes regionais da CGU disponibilizaram seus cargos, em uma ação coordenada para protestar contra a indiferença do governo aos pleitos apresentados e reiterados, em diversas ocasiões, pela carreira.

## PAUTAS PERMANENTES

A campanha salarial de 2022 acabou, mas a luta continua. O Sindicato concentra, agora, esforços no projeto de reestruturação da carreira, com previsão de nível superior para ingresso em ambos os cargos e correção das assimetrias remuneratórias com carreiras correlatas do Executivo Federal. Para tanto, a entidade articula a criação de Grupo de Trabalho com participação de representantes da CGU e da STN.

No que tange à recomposição das perdas salariais, que superarão 30% em janeiro do próximo ano, o Unacon Sindical tem buscado interlocução junto às campanhas dos candidatos à Presidência da República para pautar esse e outros temas de interesse do funcionalismo. ●



## Unacon Sindical e Tesouro assinaram acordo para compensação dos dias parados durante a greve

Celeridade nas tratativas evitou corte de ponto

**O** Unacon Sindical e a Secretaria do Tesouro Nacional assinaram, no dia 15 de junho, Termo de Acordo, junto à Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento (SETO), para compensação das horas não trabalhadas durante a greve. O acordo, fruto do empenho do Sindicato e da disposição ao diálogo da STN, impediu o corte de ponto antes do fechamento da folha salarial daquele mês. Além disso, ficou acertado que não haverá nenhum tipo de desconto durante o período de compensação, que vai até o dia 30 de novembro, sendo prorrogável por mais 30 dias.

O Termo determina, ainda, que não haverá anotação nos assentamentos funcionais dos servidores aderentes ao movimento grevista.

Este é o primeiro termo de acordo com previsão de compensação de horas não trabalhadas, sem que haja corte no ponto do servidor, celebrado no âmbito do Ministério da Economia.

Para o presidente do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira, “o empenho do Sindicato, a disposição do Secretário e da área de recursos humanos do Tesouro e a sensibilidade da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento foram decisivos para, com muita celeridade,

firmarmos um acordo que evita transtornos desnecessários aos servidores e que não deixa dúvidas sobre a legitimidade da nossa mobilização.”

“Também é claro o esgotamento da política remuneratória de compressão permanente dos nossos salários em meio ao crescimento da receita do governo e, principalmente, da inflação. Temos à frente muito trabalho visando a recomposição das perdas, o fim das assimetrias salariais com carreiras correlatas do Executivo e a reestruturação da carreira de Finanças e Controle. E, com certeza, estamos mais fortes para enfrentar estes desafios”, conclui Cerqueira. ●



## Com pauta voltada à valorização carreira, CDS realizou a primeira reunião do ano

Encontro foi promovido, de forma híbrida, nos dias 28 e 29 de abril

A valorização da carreira de Finanças e Controle foi o centro das discussões da primeira reunião do ano do Conselho de Delegados Sindicais (CDS). Presidido pelo delegado sindical da Bahia, Filipe Leão, o colegiado se reuniu, de forma híbrida (virtual e presencial, em Fortaleza), nos dias 28 e 29 de abril. A possibilidade de ampliação das assimetrias salariais com carreiras correlatas do Executivo Federal, ainda em pauta àquela altura, foi repudiada pelos

representantes, que ratificaram as reivindicações da carreira. Além de garantir paridade remuneratória, as demandas, que agora integram a pauta permanente, buscam a recomposição das perdas acumuladas nos últimos anos, a reestruturação da carreira com previsão de nível superior para ingresso em ambos os cargos e a regulamentação da Convenção 151 da OIT, que versa sobre negociação coletiva e direito de greve no serviço público.

Para dar publicidade à importância da carreira, visando reforçar o reconhecimento e buscar a valorização dos servidores, os delegados sindicais aprovaram a criação de uma campanha de mídia.

### RECONHECIMENTO

O encerramento da primeira reunião do ano contou com a presença do deputado federal Professor Israel Batista (PSB-DF). Na oportunidade, o parlamentar lembrou a luta recente dos servidores para barrar a reforma administrativa no Congresso Nacional e elogiou os esforços empreendidos pelo Unacon Sindical. "Os materiais produzidos por vocês têm elevado a qualidade das discussões realizadas no Congresso. Continuem escrevendo. Isso nos ajuda muito", afirmou, ao agradecer o subsídio técnico produzido em parceria com as demais afiliadas ao Fonacate.

Antes de concluir os trabalhos, o colegiado apreciou o Relatório Anual de Atividades da Diretoria Executiva Nacional e encaminhou que a próxima reunião, prevista para novembro, deverá ser realizada de forma virtual ou, a depender do cenário político, em Brasília. ●





## Depois de quase três décadas de litígio, beneficiários da ação dos 28,86% receberão valores atrasados

Atuação do Sindicato no Congresso Nacional garantiu espaço para pagamento em 2022

Chegou ao fim, para os beneficiários do primeiro grupo, que aderiram ao acordo, o litígio em uma das ações coletivas mais importantes da história do Unacon Sindical. Após quase três décadas, os valores atrasados referentes aos 28,86% serão depositados no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.

“O trabalho para viabilizar os pagamentos para 2022 exigiu esforços extras dos nossos funcionários, especialmente do Setor Jurídico, da nossa Assessoria Jurídica e de toda a Diretoria Executiva Nacional. Localizar, contatar, enviar os termos e organizar a documentação de mais de 900 beneficiários não foi uma missão fácil”, pontua o diretor de Assuntos Jurídicos, Frederico Carlos Janz, ao relembrar a logística criada desde a

celebração do acordo entre o Sindicato e a Advocacia-Geral da União, em 2021. O maior desafio, no entanto, ainda estava à frente.

### NÃO AO CALOTE!

Em agosto passado, com precatórios já inscritos para pagamento, os beneficiários da ação foram surpreendidos com a notícia de que o governo pretendia postergar a quitação das dívidas, por meio da Proposta de Emenda à Constituição 23/2021, a PEC do Calote. Vigilante na defesa dos direitos dos filiados, o Unacon Sindical agiu rapidamente e, em parceria com a Ordem Advogados do Brasil (OAB), escritórios de advocacia e outras entidades representativas do serviço público, constituiu uma ampla frente em defesa dos precatórios.

A atuação se desdobrou em dois principais eixos: subsidiar as discussões no Congresso Nacional e conscientizar a sociedade, por meio da campanha de mídia “Calote Não é Solução”, sobre os impactos negativos da matéria. Como resultado desse trabalho, o texto da PEC passou por diversas mudanças durante a tramitação: o avanço mais importante foi promovido no Senado federal, com a exclusão dos precatórios do Fundef da regra do teto de gastos, o que abriu espaço para o pagamento de maior volume de créditos de natureza alimentar. Foi, justamente, essa dilatação, associada à ordem de prioridade estabelecida pelas Emendas Constitucionais 113 e 114, oriundas da PEC 23/2021, que garantiu o pagamento dos precatórios.

Agora, como conclui o Diretor de Assuntos Jurídicos, “o momento é de celebrar. Essa é mais uma demanda histórica dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle que chega ao fim, para aqueles que aceitaram o acordo, com o reconhecimento do nosso direito”.

### O TRABALHO CONTINUA

Para 2023, no entanto, o cenário é preocupante, uma vez que as dívidas não pagas em 2022 serão inscritas com prioridade, dando início a uma bola de neve de estoque de precatórios.

Visando defender o direito dos filiados, o Unacon Sindical busca a declaração de inconstitucionalidade das ECs 113 e 114 no Supremo Tribunal Federal, onde atua como *amicus curiae* na ADI 7.064. A ação aponta vícios formais e materiais nos atos normativos que afrontam o Estado Democrático de Direito, o princípio da separação dos Poderes, a efetividade da tutela jurisdicional e a segurança jurídica. ●

## Medida Provisória reabre o prazo para adesão ao Regime de Previdência Complementar

Servidor tem até o dia 30 de novembro para fazer a opção

O prazo para migração ao Regime de Previdência Complementar está reaberto. Publicada no Diário Oficial da União (DOU), no dia 26 de maio, a Medida Provisória 1.119/2022 estabelece um novo prazo, até 30 de novembro, para os servidores públicos federais aderirem à Funpresp.

Com a MP, fica garantido, para os segurados que optarem pela migração, o pagamento do benefício especial. O valor "terá como referência as remunerações anteriores à data de mudança do regime, utilizadas como base para as contribuições do servidor ao regime

próprio de previdência da União", conforme o previsto no art. 2º. O normativo traz mudanças no cálculo desse benefício, em adequação à Emenda Constitucional 103, da reforma da Previdência, o que deve, segundo especialistas, reduzir o valor a ser pago.

### WEBINAR

Para ajudar os servidores na tomada de decisão, o Unacon Sindical promove no dia 24 de agosto, às 14h30, Webinar com a presença do diretor-presidente da Funpresp, Cristiano Heckert. A transmissão será realizada no canal do

Fonacate no YouTube e na página do Unacon Sindical no Facebook e ficará disponível nas plataformas. Além disso, o Sindicato oferece consultoria previdenciária individual para que seja analisado, caso a caso, quando a migração é vantajosa para o filiado. Para mais informações, entre em contato pelo telefone 61 2107-5012.

A MP 1.119 está tramitando no Congresso Nacional, onde o Unacon Sindical e demais entidades afiliadas ao Fonacate atuam pelo aperfeiçoamento da redação. ●

## No Legislativo ■

### “A onda reformista teve como pano de fundo a vilanização do servidor público”, pontua Rudinei Marques, em audiência no Senado Federal

Evento, realizado pela Comissão de Assuntos Sociais da Casa, debateu os impactos do assédio institucional

**A** carta escrita pelo servidor licenciado da Funai, Bruno Pereira, assassinado em junho, e o recente escândalo envolvendo o ex-presidente da Caixa Econômica Federal jogaram luz sobre um problema que vem sendo monitorado e denunciado, reiteradamente, pelas entidades afiliadas ao Fonacate: o assédio institucional no serviço público. E, para debater os impactos dessa prática, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal realizou audiência pública no dia 2 de agosto, com participação do secretário executivo do Unacon Sindical, Rudinei Marques.

Marques ressaltou que o monitoramento de casos de assédio institucional, feito pela Articulação Nacional das Carreiras para o Desenvolvimento Sustentável (Arca), já registrou 1.300 episódios em que servidores ou órgãos

sofreram tentativas de deslegitimação, desqualificação ou ameaça à continuidade ou execução de suas competências e atribuições.

Os impactos dessa prática que, conforme ponderaram os palestrantes, é usada como instrumento de pressão, transcendem a piora do clima organizacional e, muitas vezes, resultam no aumento da insegurança, como o relatado por Bruno Pereira na referida carta, e em episódios de violência. Além disso, o assédio institucional vem sendo utilizado para criar narrativas de modo a amparar medidas que visam desmontar políticas públicas, capturar o Estado e fragilizar direitos. “A onda reformista teve como pano de fundo a vilanização do servidor público. Esse discurso emoldurou, por exemplo, a PEC 32, da reforma administrativa, que estava embasada em três

pilares: a máquina está inchada, custa caro e é ineficiente. Demonstramos, depois, com estudos técnicos produzidos pelo Fonacate, que cada um desses argumentos é falso”, afirmou o secretário executivo do Sindicato.

Para o senador Fabiano Contarato (PT-ES), essa narrativa é uma total inversão de valores. “Os servidores são o Estado dando efetividade a todos os direitos fundamentais, sejam eles individuais, sejam coletivos ou difusos”, lembrou, ao pontuar que esses trabalhadores não estão a serviço de políticos ou governos, mas do Estado e da sociedade. Para concluir, o congressista defendeu que é preciso garantir um ambiente de trabalho saudável, que dê aos servidores condições de exercerem suas funções com “autonomia, isenção e responsabilidade”. ●



## Unacon Sindical e Fonacate buscam diálogo com presidenciaíveis

Carta de Princípios, com compromissos que visam à proteção dos servidores e à retomada do desenvolvimento, é o ponto de partida. Primeira adesão ao documento foi feita pela Chapa Lula-Alckmin

**A** estabilidade como instrumento de proteção ao servidor, a correção do poder aquisitivo e a adoção plena da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho, que versa sobre negociação coletiva e direito de greve, são alguns dos pontos da Carta de Princípios elaborada pelo Unacon Sindical em parceria com as demais entidades do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate). O documento é o ponto de partida na busca por diálogo com os candidatos à Presidência da República nas Eleições de 2022.

O secretário executivo do Unacon Sindical e presidente do Fonacate, Rudinei Marques, ressalta que além de protegerem os direitos dos servidores públicos, os compromissos listados no documento buscam “retomar um caminho de desenvolvimento sustentável e inclusivo, o que somente será possível com a retomada das capacidades estatais, com o fortalecimento e a valorização do serviço público brasileiro”.

### PRIMEIRA ADESÃO

A primeira adesão à Carta de Princípios foi registrada no dia 13 de julho, pela Chapa Lula- Alckmin. A formalização foi



feita pelo coordenador da campanha e ex-ministro Aloizio Mercadante, durante evento realizado pelo Fórum, em Brasília. Na ocasião, o Unacon Sindical foi representado pelos diretores Arivaldo Sampaio, Frederico Carlos Janz e pelos delegados sindicais do Distrito Federal Roberta Holder e José Marco dos Santos.

### CARTA DE PRÍNCIPIOS

O convite, que será apresentado aos demais candidatos à Presidência da Re-

pública, é para que assumam dezesseis compromissos. São eles:

1. a construção de um Estado de bem-estar social no Brasil, com redução das desigualdades sociais e regionais;
2. a revisão da Emenda Constitucional 95/2016 e o aprimoramento do arcabouço fiscal, visando à retomada da capacidade de investimento e implementação de políticas públicas;

- um sistema tributário efetivamente progressivo, com redução da tributação sobre o consumo e a consequente ampliação da tributação sobre o patrimônio e sobre a renda, garantindo a isonomia de tratamento entre as rendas do capital e do trabalho, bem como a correção real da tabela do Imposto de Renda;
- a adequada regulação de serviços privados de relevância pública;
- a revisão da reforma trabalhista e a erradicação do trabalho escravo e infantil no país;
- a redução da litigiosidade, prestigiando a solução extrajudicial de conflitos e a eficácia no acesso aos serviços públicos;
- a adição de políticas de inovação no serviço público que contribuam para o desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental;
- a diminuição dos cargos de livre nomeação e a ampliação da participação de servidores civis recrutados por meio de concurso público para o exercício de funções estratégicas na Administração Pública;
- a vedação à terceirização na ocupação de cargos públicos com atribuições definidas em lei;
- a estabilidade no serviço público como instrumento de proteção dos servidores e do Estado e de garantia da independência das instituições, a impessoalidade e a primazia do interesse público;
- a retomada das capacidades estatais de planejamento governamental e de coordenação estratégica, com a necessária recomposição dos quadros de pessoal;
- a profissionalização no serviço público, por meio da estruturação de carreiras e capacitação permanente, com fortalecimento das escolas de governo;
- a adoção plena da Convenção 151 da OIT, que trata da negociação coletiva, do direito de greve e da organização sindical no serviço público;
- os direitos previdenciários adquiridos e vigentes dos servidores públicos, ativos e inativos, e seus pensionistas;
- a correção do poder aquisitivo dos servidores públicos, com observância do inciso X do art. 37 da Constituição Federal;
- a adoção de políticas permanentes de prevenção e repressão ao assédio moral e institucional na Administração Pública.

### PRÓXIMAS REUNIÕES

O Fonacate busca agendas com os demais candidatos. O objetivo é que todos os postulantes façam a adesão à Carta de Princípios. ●

# Após ataques, entidades representativas do serviço público defendem sistema eleitoral brasileiro

Unacon Sindical subscreve nota pública sobre as urnas eletrônicas, divulgada pelo Fonacate no dia 20 de julho



Reconhecidas mundialmente por sua hígidez e segurança, as urnas eletrônicas brasileiras foram, recentemente, alvos de novas críticas infundadas. Às vésperas das Eleições 2022, os ataques acenderam um sinal de alerta nas entidades representativas do serviço público, que saíram em defesa do sistema.

Em nota subscrita pelo Unacon Sindical, o Fórum Nacional das Carreiras de Estado lamentou que “ainda sejam escutadas críticas à segurança das urnas, mesmo depois de recente auditoria do Tribunal de Contas da União, com base em referencial internacional, ter concluído que o sistema eleitoral brasileiro é bastante seguro”.

No documento, as entidades afiliadas reafirmaram, ainda, o compromisso irrevogável com o Estado Democrático de Direito. “A democracia é um valor superior a qualquer ideologia ou partido, pois constitui a própria base da pluralidade política. Dessa forma, conclamamos as instituições e a sociedade civil organizada a defenderem a democracia e o sistema eleitoral brasileiro”. ●

Acesse a nota pelo link  
<https://bityli.com/QDnHzS>  
ou no QR code ao lado:





## Candidatos da carreira de Finanças e Controle falam sobre o pleito de 2022

Na disputa para o cargo de deputado distrital, Marivaldo Pereira e Renata D'Aguiar destacaram desafios, motivações e pautas prioritárias

Contribuir com a melhoria dos serviços públicos e da qualidade de vida da população. Essa frase poderia ser a definição do ponto de convergência entre as plataformas de campanha dos Auditores Federais

de Finanças e Controle Marivaldo Pereira e Renata D'Aguiar, postulantes ao cargo de deputado distrital da Câmara Legislativa da capital federal. O que os define, os difere e os motiva, você confere no resumo das entrevistas a seguir.



### Marivaldo Pereira

Pré-candidato a deputado distrital - PSol

**Auditor Federal de Finanças e Controle. Advogado popular. Militante antirracista. Ex-secretário executivo do Ministério da Justiça, onde ocupou, também, o cargo de ministro interino. Brasiliense. Filho de diarista. Este é Marivaldo Pereira. Entre os pontos que separam cada um desses substantivos tem muita história para contar. Um jovem negro, periférico que, contra as estatísticas, se formou em Direito e, ao longo de sua trajetória profissional, fez importantes contribuições ao enfrentamento à corrupção, promoção da igualdade e da justiça social. Pleiteia, agora, o cargo de deputado distrital na Câmara Legislativa do DF.**

**F&C - Nas últimas eleições, você concorreu ao Senado e teve uma votação expressiva. O que te levou a mudar o foco nestas eleições?**  
*Da última eleição pra cá, mergulhei nos problemas locais e, como advogado popular, encarei de frente os desmandos do governo Ibaneis. Mesmo sem mandato, entramos com várias ações em defesa da saúde, da assistência social, da educação e da moradia em todo o DF.*

*O governador age como se o GDF fosse sua fazenda, e quem paga o preço é a população mais pobre, que depende dos serviços públicos para sobreviver.*

*Este cenário vem se repetindo aqui no DF e somente pode ser alterado se tivermos uma Câmara Legislativa mais combativa.*

*Acredito que estou pronto para contribuir com esta tarefa, graças à experiência que adquiri como gestor público e como advogado.*

**F&C - Quais demandas do Distrito Federal você pretende priorizar na Câmara Legislativa?**

*Vivemos um caos completo na assistência social e na saúde. As pessoas estão virando a noite na fila do CRAS e voltando pra casa sem atendimento. Famílias estão perdendo seus entes queridos na fila à espera de cirurgias que nunca acontecem. A pobreza avança de forma rápida e violenta.*

*Tudo isso sob a omissão e negligência do governador, mais preocupado com o patrocínio do seu time de futebol e com os shows particulares que promove em sua casa.*

*Vou mudar isso na Câmara Legislativa. Enquanto houver uma pessoa na fila do CRAS sem atendimento, enquanto houver alguém à espera de cirurgia, estarei acionando o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Poder Judiciário, o Tribu-*

nal de Contas e lançando mão de todas as prerrogativas que um deputado tem para que esta pessoa seja atendida.

### **F&C - Quais são seus principais desafios nessa disputa para deputado distrital?**

Nosso grande desafio será vencer a falta de recursos e de estrutura para alcançar as eleitoras e eleitores do DF. Se conseguirmos mostrar à população a defesa da moradia que estamos fazendo em Planaltina, a luta pelos

feirantes da CEASA e da Guariroba, a luta contra as filas dos CRAS, a luta por saúde e educação de qualidade, temos grande chance de conquistar corações e mentes de milhares de pessoas, como fizemos na eleição para o Senado em 2018.

Estamos muito empolgados com a receptividade e o apoio que estamos recebendo, principalmente dos colegas da carreira de Finanças e Controle, profissionais que são referência para todos que trabalham com gestão pública.



## Renata D'Aguiar

### Pré-candidata a deputada distrital - PMN

A Auditora Federal de Finanças e Controle Renata D'Aguiar se mudou para a capital do Brasil, em 2014, para assumir o cargo na Secretaria do Tesouro Nacional. Na época, com 24 anos, ela lembra que passou por um período de adaptação e muito aprendizado. Hoje, mestre em economia e gestora pública, Renata sonha em contribuir com o desenvolvimento do Distrito Federal na Câmara Legislativa.

### **F&C - Quais são suas pautas prioritárias?**

Inclusão Social, educação e reconhecimento feminino. Essas três bandeiras me definem bem.

No reconhecimento feminino, apoio com toda minha força a luta feminina no mercado de trabalho e o reconhecimento do valor da mulher no núcleo familiar. Na inclusão social, penso que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna, independentemente de sua classe social. Essa é uma das minhas principais bandeiras. Em relação à educação, acredito que o conhecimento é poder e eu levo uma vida pautada na ciência e acredito, firmemente, que a sociedade só pode evoluir por meio da educação.

### **F&C - O que te motivou a pleitear uma vaga na Câmara Legislativa do Distrito Federal?**

Tudo começou com um sonho. Um sonho de reciclar o futuro das pessoas mais vulneráveis do DF. A partir disso, fundei a OnG Reciclando o Futuro. Um projeto idealizado em 2017, com o objetivo de resgatar o valor social e a cidadania brasiliense, unindo pessoas de diferentes realidades socioeconômicas do Distrito Federal que entendem que a inclusão social é o meio norteador para alcançarmos o bem-estar social. O Instituto é uma entida-

de da sociedade civil, sem fins lucrativos, com a finalidade de dar assistência à população em situação de vulnerabilidade do Distrito Federal e de promover ações de valorização do ser humano, por meio de práticas esportivas, culturais e de lazer, de palestras educativas/informativas e de capacitação.

O rompimento da situação de vulnerabilidade é um dos princípios do Instituto. Por isso, as ajudas emergenciais, como a entrega de verduras, frutas e cestas básicas, sempre foram prioritariamente destinadas aos participantes dos cursos de capacitação.

### **F&C - O que você traz de aprendizado das eleições de 2018, quando concorreu a deputada distrital?**

Na oportunidade, praticamente sem campanha e ingressando na política, eu cheguei a cerca de 4 mil votos. Foi uma experiência grandiosa, com um retorno super positivo e que me fez crescer demais. Pude entender como é feita a campanha política.

Desde então, resolvi estudar, aprender, conhecer sobre orçamento, gestão e atuação; ou seja, me preparei. Naquela época, eu acho que já estava pronta. Porém, agora, eu tenho certeza. Amadureci como pessoa, profissional e gestora. Estou apta a contribuir para um DF mais justo, próspero e com mais oportunidades para todos. ●

## FOMENTO AO DEBATE

O Unacon Sindical publicou no dia 9 de julho um chamado amplo aos candidatos da carreira para a primeira rodada de entrevistas. O prazo segue aberto para os demais interessados.

Vai concorrer nas Eleições de 2022 e quer conceder entrevista ao nosso portal? Envie email para [comunicacao@unacon.org.br](mailto:comunicacao@unacon.org.br), com nome completo, cargo que vai pleitear, sigla partidária e estado.

Na sequência, a equipe de comunicação do Sindicato entrará em contato para envio das perguntas.





## Decreto reajusta as diárias, mas prevê possibilidades de redução do valor

Dispositivo determina redução de 25% do valor quando o servidor permanecer 30 dias corridos ou 60 dias alternados no mesmo local

**D**epois de treze anos de congelamento, o Decreto nº 11.117, publicado em 1º de julho, reajustou parcialmente a tabela de valores das diárias pagas aos servidores em viagem a serviço da Administração.

O dispositivo, no entanto, trouxe hipóteses para redução da indenização. De acordo com o texto, o valor sofrerá desconto de 25% quando o servidor permanecer na mesma localidade por 30 dias corridos ou por 60 dias alternados. Diante

da previsão, o Unacon Sindical ajuizou uma ação judicial coletiva para defender o direito dos filiados.

Na petição inicial, a assessoria jurídica do Sindicato afirma que a norma é antijurídica — uma vez que extrapola o poder de regulamentar, visto que o art. 58 da Lei n. 8.112/1990, que trata do pagamento das diárias, não estipula essa diferenciação — e não encontra respaldo na Constituição Federal. “Ao diferenciar os servidores públicos que se deslocam, a serviço, por períodos diversos, a redação atribuída ao art. 5º, § 5º, do Decreto n. 5.992/2006 pelo Decreto n. 11.117/2022 confere tratamento jurídico diferenciado a servidores que figuram em idêntica situação jurídica (deslocamento em razão de serviço), implicando inconstitucional tratamento díspar e carente de razoabilidade.”

Para evitar que os servidores sejam lesados, tendo que custear parte das despesas de viagens realizadas a interesse da Administração Pública, o Unacon Sindical requer ao juízo que seja concedida tutela de urgência de natureza antecipatória em caráter liminar. “Estão na iminência de serem submetidos às hipóteses de redução dos valores de diárias previstas no Decreto n. 11.117/2022, de modo que serão obrigados a arcar com valores que deveriam ser indenizados pela Administração”, argumentam os advogados na requisição. ●

## Decisão do STF ■

### Cancelamento de precatórios não resgatados é inconstitucional

Para a maioria da Corte, marco temporal trazido pela Lei 13.463/2017 não está amparado pela Constituição

**O** Supremo Tribunal Federal decidiu, em julgamento concluído no dia 30 de junho, que o cancelamento de precatórios ou de requisições de pequeno valor (RPVs) não levantados pelo credor no período de dois anos, conforme o previsto na Lei 13.463/2017, é inconstitucional. Na análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.755, de autoria do Partido Democrático Trabalhista, prevaleceu o entendimento de que o marco temporal não está amparado no arcabouço constitucional que disciplina a matéria.

“A Lei determinava a devolução automática de precatórios e RPVs que não fossem levantados pelos titulares no prazo de dois anos. Muitas vezes, esses valores, depositados em contas judiciais, não eram sacados, não por desídia, mas por bloqueios ou pendências judiciais. Quando ocorre o cancelamento, é preciso fazer a reexpedição do crédito”, explica a assessora jurídica do Unacon Sindical, Ana Torreão.

Todo esse processo, conforme analisa a advogada, se tornaria ainda mais moroso nos próximos anos, em face das Emendas Constitucionais 113 e 114.

“Agora, com a possibilidade de que os precatórios alimentares não sejam pagos integralmente a cada exercício, em razão do subteto criado, o credor que não deu causa ao não levantamento do precatório ou da RPVs, ao ter o crédito recolhido ao Erário, teria que voltar para a fila, sem previsão para receber. Ou seja, a bola de neve ganharia um contorno ainda mais grave”, complementa.

Sobre o efeito, a assessora jurídica ressalta que é preciso esperar pela publicação do acórdão do julgamento para saber se a aplicação da decisão será imediata. ●



## Arraiá Bão Dimais



Realizado no dia 5 de agosto, o Arraiá Bão Dimais marcou a retomada dos eventos associativos de forma presencial. O evento reuniu filiados, convidados e familiares no clube da Assefaz, em Brasília. Entre as atrações, destaque para apresentação da Banda Oxente Cerrado, do Trio Só Xoteando e da quadrilha junina Formiga da Roça. As barraquinhas de comidas típicas, as brincadeiras para as crianças e o cenário, que remetia ao clima interiorano, completaram a festa.

O presidente do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira, ao lado dos diretores Elaine Faustino, Frederico Carlos Janz, Arivaldo Sampaio, e do vice-presidente, Daniel Lara, subiu ao palco para agradecer a presença de todos, em especial dos filiados e suas famílias e dos servidores recém-empossados da Controladoria-Geral da União. "Estou muito feliz por reencontrá-los. Depois de dois anos, é muito gratificante poder celebrar nosso Arraiá de forma presencial ao lado de todos vocês. Obrigado por virem", afirmou. ●



### Nova Publicação

Dando sequência à série de produções técnicas com o objetivo de combater falácias e subsidiar o debate sobre o serviço público, o Fórum Nacional das Carreiras de Estado lançou, em maio, o livro "Dominância Financeira e Privatização das Finanças Públicas no Brasil". Coautor do estudo introdutório, o presidente do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira, ressalta que a publicação ganha um contorno ainda mais relevante se nos lembrarmos que "todas as iniciativas e justificativas de desmonte de direitos sociais e dos trabalhadores dos últimos governos, desde 2015, assentam-se na falácia de que o Estado brasileiro está quebrado". A publicação, que reúne 22 artigos, foi organizada pelo secretário executivo do Sindicato, Rudinei Marques, e pelo coordenador de estudos do Fórum, José Celso Cardoso Jr.

A edição virtual está disponível para download no Qr-code abaixo.



### CONTAS APROVADAS

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada no dia 23 de junho, os filiados aprovaram as contas do Unacon Sindical e da Unacon, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal, relativas ao exercício de 2021. A AGO foi realizada de forma presencial, na sede da entidade, com atenção a todos os protocolos de segurança sanitária.

O diretor de Finanças, Arivaldo Sampaio, apresentou o Caderno Transparência aos filiados presentes. A publicação, que traz as despesas, receitas e investimentos da entidade, acompanhados de notas explicativas e dos pareceres do Conselho Fiscal, foi enviada para todos os filiados. ●

### ALERTA DE GOLPE

É hora de manter atenção redobrada. As tentativas de golpes contra servidores públicos têm registrado aumento. Por isso, o Unacon Sindical reitera que não faz nenhum tipo de cobrança antecipada referente a ações judiciais. Além disso, reforça que os honorários advocatícios são depositados diretamente na conta jurídica vinculada ao CNPJ do escritório patrono, de forma que não há qualquer cobrança adicional. Fique atento e não responda a contatos via WhatsApp, ligações, emails ou cartas que solicitem pagamentos em troca de qualquer tipo de vantagens. Em caso de dúvida, entre imediatamente em contato com o Setor Jurídico do Unacon Sindical, pelo telefone (61) 2107 5000, opção "2" ●

# RECEBA AS NOTÍCIAS DO UNACON SINDICAL NO SEU WHATSAPP

**SE CADASTRE NO  
QR CODE AO LADO**



**UNACON** Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES E  
TÉCNICOS FEDERAIS DE FINANÇAS E CONTROLE